

Questão 1) Analise a trajetória da sociologia na Educação básica considerando as políticas públicas educacionais no Brasil. O ensino de sociologia se institucionalizou no Brasil através de muitas idas e vindas, leis e reformas educacionais que ora colocaram como disciplina obrigatória, ora facultativa no grade curricular das escolas. Apresentamos que a relevância da disciplina, ou não, esteve associada ao projeto de nação em cada período histórico. Alguns autores, como Flávio Barbosa, esclarece que a adesão da sociologia se dá sob a concepção de modernização, industrialização, cientificidade visando o desenvolvimento dos países. Portanto, a sociologia institucionalizada como disciplina acadêmica por Emile Durkheim na universidade francesa parece corroborar com a representação de que o conhecimento produzido pela sociologia vem para avançar a produção e o espírito científicos necessários ao projeto de país. Nesse sentido, ainda no período imperial no Brasil, Rui Barbosa se coloca favorável ao apresentar a necessidade da sociologia nos bancos dos estudos superiores, mas não obtive êxito. A inserção da sociologia, no Brasil, se dá em três períodos e podemos afirmar até um quarto período da sua institucionalização. O primeiro período abrange o final do século XIX e até a década de 40 do século XX, no qual a sociologia se institucionaliza na escola secundária. A sociologia assume um caráter de formação intelectual nesse período estando presente nos cursos de formação de professores, no segmento dos cursos que serviam para admissão dos cursos superiores. Tinha tanto caráter formativo para futuros intelectuais, quanto o prospectivo para os acesse aos cursos universitários. O segundo período compreende meados da década de 40 a década de 80 do século



XX, onde a sociologia foi retirada como disciplina obrigatória na grade curricular das escolas, constando apenas nos cursos normais / formação de professores e alguns cursos de nível superior. Vale ressaltar que neste período o contexto político foi marcado por governos autoritários e ditatoriais, como o Estado Novo de Getúlio Vargas e o golpe militar seguido da instauração do regime ditatorial militar a partir da década de 60. Nesse sentido, a sociologia, nesses governos, não era considerada como conhecimento a corroborar com a perspectiva de nação, pelo contrário, identificada como perturbadora da ordem social associada aos um ensino caracterizado de "esquerda" já que produz questionamentos e criticidade ao contexto socio-político. E ainda, as políticas educacionais da Reforma Francisco Campos e Gustavo Capanema nos governos respectivamente supracitados configura a educação a um caráter de ensino-profissionalizante, de intencional pragmática a atender os interesses do mercado de trabalho. Adiante, apresentamos o terceiro período do processo de institucionalização da sociologia na educação brasileira que abarca a final da década de 1980 ao início dos anos 2000. É caracterizado pela reinserção gradativa, em algumas unidades da federação. É preciso contextualizar que o período de abertura política e redemocratização do país impetou ânimo nos movimentos sociais que lutaram pela retomada da democracia e algumas bandeiras, como da educação de qualidade, foram empunhadas. Assim com a eleição de governadores na década de 1980, nove estados brasileiros, entre eles o Rio de Janeiro com Leonel Brizola, reinseriu a



Sociologia (e também a filosofia) na rede estadual de ensino. Outra política educacional foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que coloca que ao fim do ensino médio, os alunos deveriam ter conhecimento de filosofia e sociologia. No entanto, não estabelece que esses conhecimentos seriam via disciplinar e sim através da interdisciplinaridade. Em 2001, o deputado Padre Roque do partido dos Trabalhadores apresenta projeto de lei sobre a obrigatoriedade das disciplinas sociologia e filosofia, porém o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro de educação Paulo Renato Soares se colocam a argumentar a carência de professores de sociologia e filosofia para lecionarem e os altos custos que implicariam a contratação de professores. Tanto a Resolução 03/1998 quanto o PCN de 1999 ratificam que os domínios da sociologia e filosofia são necessários aos exercícios da cidadania, mas no texto dos documentos se caracteriza o tratamento interdisciplinar e contextualizado com outras disciplinas consagradas na rede de ensino. Por fim, relembramos um quanto período de institucionalização e políticas públicas educacionais que apontam outras configurações na trajetória da sociologia na educação brasileira. Em ~~2006~~ 2006, há um parecer favorável à inclusão da disciplina (Parecer CNE/CEB 038/2006) culminando em 2008 com a Lei nº 11.684/2008 que altera a LDB no artº 36, estabelecendo a obrigatoriedade de anos três anos de ensino médio na rede pública e privada de ensino. É preciso registrar que no contexto governamental se caracteriza favorável as demandas dos movimentos sociais como a melhoria da educa-



ção e a qualidade do ensino. Foi no período de governo de Luís Inácio Lula da Silva que ocorreram avanços para a reinserção da sociologia nos bancos escolares. Vale de se destacar que em 2006 foram publicadas as DCNEM, orientações curriculares nacionais do ensino médio. Trata-se de referências curriculares, com os parâmetros curriculares nacionais do ensino médio (PCNEM), sem força de lei. Em tempo, o PCNEM e DCNEM apontam uma convergência sobre os temas conceituais a serem trabalhados no currículo de sociologia: trabalho, estado, cultura e cidadania. Enquanto o PCNEM enfatiza as competências e habilidades e o sentido do ensino médio alinhado à LDB de preparação para o trabalho e exercício da cidadania, a DCNEM dá tom a especificidade do ensino de sociologia com o processo de desenvolvimento de estranhamento e desnaturalização dos fenômenos sociais que devem proporcionar com os conteúdos e a perspectiva sociológica para os alunos do ensino médio. Além de ocorrer certa instrumentação no ensino de sociologia delimitando que os conteúdos disciplinares devam focar nos conceitos, temas e teorias. Outras políticas educacionais reforçam a institucionalização da sociologia na educação básica. A resolução 01/2002 CNE institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, configurando os cursos de licenciatura de graduação plena, um projeto específico e autônomo em relação ao bacharelado. O programa de reestruturação das universidades federais, o REUNI, cria muitos cursos de licenciatura e aumenta as vagas no âmbito das universidades públicas federais. Tais políticas são



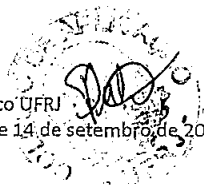
oportunitas para a institucionalizaco da sociologia porque possibilita formar geraco de professores de sociologia para educacão básica a fim de romper com a dicotomia de que nas ciências sociais não há vocaco profissional para pesquisador nas academias em detrimento da formaco de magisterio. Ainda apresentam-se políticas públicas educacionais que permitem a trajetória da sociologia na educacão básica apontamos o PIBID, programa institucional de bolsas de iniciao e docência. Este programa busca pela valorizaco e incentivo e docência, qualificaco do ensino básico e fortalecimento dos cursos de formaco de professores. Para a sociologia que não tem tradico de uma memória sobre as práticas pedagógicas, experiências e material didático para o ensino de sociologia, a existência do PIBID foi e  de fundamental importância. O PIBID se apresenta como uma das políticas públicas de formaco de professores mais relevantes nas últimas décadas fa que propicia, ainda nos primeiros períodos do curso, estrutura relacão dos licenciandos com a prática profissional de professores das escolas, permitindo a formaco da identidade profissional, reflexão e debate sobre as práticas pedagógicas e materiais e recursos didáticos mais aprimorados no processo de ensino-aprendizagem. Esse quadro  favorável, no entanto para o ensino de sociologia, pois a legitimaco da sociologia na escola que vem sendo feita através das lutas de professores da educacão básica, associao profissionais, fica mais reforçada com as políticas públicas que formam novos professores, indige os professores da prática de ensino da faculdade de edu

cação em prol da legitimidade e institucionalização definitiva da sociologia como disciplina da educação básica.

Questão 2) A partir de 2012, a sociologia passou a integrar o Programa Nacional do Livro Didático. Analise os efeitos desta política pública, destacando as possibilidades e os limites do livro didático de sociologia na Educação Básica.

Com a obrigatoriedade da disciplina sociologia (e filosofia) na rede pública de ensino atribuída pela Lei 11.648/08, bem como outras políticas públicas como os PCNEM e DCNEM - sociologia, instigou-se contemplar o ensino de sociologia com possibilidades que consolidasse sua inserção na grade curricular da educação básica. É fato que a intermitência da sociologia na escola brasileira produziu um fosso de práticas, experiências e materiais didáticos quando comparada às demais disciplinas escolares como geografia, história, português, matemática. No Brasil, a história da constituição das ciências sociais voltada para a pesquisa em detrimento da formação de professores para educação básica explica a carência de tradição pedagógica da sociologia no universo escolar. Dionísio disse, o contingente de professores com licenciatura em ciências sociais com formação teórica e prática ainda é um desafio no contexto de ensino de sociologia, pois muitos professores que lecionam sociologia têm formação em história, geografia, pedagogia por exemplo. Este panorama é para alertar que o PNLD, programa nacional do livro didático integrar a sociologia é de enorme valia tanto para melhorar as aulas e preparar o professor no planejamento e no fazer de suas aulas quanto corroborar para a institucionalização

grupo da disciplina usar sociologia. A primeira vez que a sociologia foi contemplada no PNLD foi em 2012, onde havia dois livros disponíveis para a escola: um elaborado por Tomazi, professor universitário da Universidade Estadual de Londrina e o outro livro por professoras da Fundação Getúlio Vargas, Gelina Bomeny e Bianca Freire-Medeiros. Nota-se que foram elaborados por professores do universo acadêmico que pouco ou nenhuma experiência têm na educação básica. No PNLD 2015 e de 2018 com cerca de cinco livros para escola, também nota-se que os elaboradores foram dos quadros do magistério superior em sua ampla maioria. Destacamos uma preocupação para motivar que os esforços de transposição didática é realizado em todas as obras que perseguem apresentar textos adaptáveis à linguagem para alunos jovens. No entanto ainda há em algumas obras, a dificuldade de tornar os conteúdos mais palatáveis ao perfil discente. Outros pontos são os conteúdos que, em sua maioria, têm mais convergência do que dissemelhança, mas a ausência de um currículo consolidado para a sociologia escolar dificulta o manuseio deste recurso pelos professores que dependem da rede de ensino que estão inseridos seguem orientações curriculares ora propostas pelas secretarias de educação, ora os conteúdos mais cobrados nos exames de vestibulares. Portanto, o livro didático nem sempre dialoga com os conteúdos selecionados pelo professorado. Também se destaca a questão prática do cotidiano escolar. Na maioria das redes, tanto privada quanto pública, as aulas de sociologia estão



reduzidas a um tempo semanal de cinquenta minutos, racionalizando mais aprofundamento das aulas com o recurso do livro didático. Ainda é frequente, os professores produzirem textos didáticos - o que é de extrínsecos benefícios no que concerne a produção de materiais didáticos na área de sociologia - para serem utilizados em suas aulas frente ao tempo reduzido das aulas de sociologia. Poder enumerar algumas das dificuldades do uso do livro didático para que o panorama do ensino de sociologia seja elucidado; no entanto há de reconhecer que a política pública do PNEB vem colaborando para o processo de legitimação da sociologia na escola. Os conteúdos dispostos nos livros didáticos vem se adequando às demandas dos professores de sociologia ao longo destas duas últimas edições do PNEB, 2015 e 2018. Tais demandas curriculares ainda estão em processo; pois como fora dito algumas propostas curriculares aderem das propostas das secretarias estaduais de educação. É fato que tanto as propostas curriculares das secretarias quanto as apresentadas dos editais dos vestibulares têm contemplar os conteúdos sugeridos nos PCNEM e DCNEM - sociologia. Entretanto, o livro didático ainda é um desafio para utilização nas aulas devido ao tempo escasso e certo desconhecimento nos programas dos professores de sociologia. A iminente publicação, pela primeira vez na área de sociologia, de um currículo nacional comum a partir do BNCC (Base Nacional Comum) prevê ainda para o primeiro semestre de 2018 ir impactar os conteúdos dos livros didáticos de sociologia para as próximas edições do PNEB, bem como os programas elaborados pelos professores de sociologia. Vale destacar que o PNEB vem se medindo na história e trajetória

da sociologia na educação básica.

Questão 3) Analise o currículo de sociologia na Educação Básica, considerando a atuação da comunidade disciplinar/epistêmica e das políticas públicas no debate curricular.

De acordo com Tomas Tadeu Silva, o currículo é identidade, evidência de disputas de poder, é um obra viva. Muitos teóricos da educação refletem sobre o caráter político e pedagógico do currículo escolar. Debates sobre o que selecionar a um indivíduo, a escolha dos conteúdos, os sentidos de certos assuntos serem enfocados e outros não, marcam a disputa entre os atores sociais envolvidos no contexto educacional. Através dos ~~PCN~~ PCN, DCN e futuramente a BNCC são elencados, ora como proposição, ora como obrigatoriedade, os conteúdos curriculares que cada disciplina deve abarcar. A maioria das disciplinas escolares contam com a participação de técnicos que são recrutados pelo ministério da educação para formular ~~tais~~ tais orientações ou diretrizes curriculares. Geralmente são professores especialistas em cursos daquela disciplina que ~~fazem~~ fazem parte do magistério superior e/ou integram as cadeiras da educação básica, isto é, têm tradição em práticas, experiências e materiais didáticos. O caso específico da sociologia tem uma série de vacuos devido ao histórico de intermitência da sociologia na escola. Há a dicotomia ensino/busca, teoria/prática que distanciam as ciências sociais do tema ensino de sociologia na educação básica. É notório que transformações vem ocorrendo no âmbito das ciências sociais com os as políticas públicas educacionais da obrigatoriedade da disciplina (Lei 11.648/08), com as diretrizes curriculares para a formação de professores da edu

caso "Lógica" (Produção C3E n.º 11/2002), com o programa do REUNI, as PCNEM - sociologia; PNLD; PIBID alguns dessas políticas educacionais listadas ilustram como vem impactando a trajetória da sociologia na educação básica, no entanto o currículo de sociologia ainda é um processo em construção. Pela primeira vez, ainda neste primeiro semestre de 2018, ~~o BNCC será~~ ^{apresentando} lançado um currículo nacional comum na área de sociologia. Reconhece-se que os conteúdos que estão em discussão, através de fóruns virtuais e poucos encontros presenciais, resultam de experiências prévias realizadas nos PCNEM, PCNEM - sociologia e propostas curriculares das secretarias estaduais de educação. É importante ressaltar que, tanto a luta pela inserção do ensino ~~de sociologia~~ de sociologia no nível médio, quanto os conteúdos curriculares de sociologia não se originaram propriamente das linhas de pesquisa nas áreas de ciências sociais. É recente que alguns programas de pós-graduação, grupos de trabalho, em eventos específicos e artigos sem periódicos do campo das ciências sociais venham contemplando o ensino de sociologia na agenda de pesquisa das ciências sociais brasileiras. Essa configuração só está sendo possível devido a paulatina inserção da sociologia na educação básica que vem ressaltando uma academia; e portanto o ensino de sociologia vem se destacando como uma temática ^{específica} ~~específica~~ de pesquisa das ciências sociais. Os atores sociais que se articulam em discussões curriculares da sociologia são professores da educação básica, de associações profissionais, sindicatos, federação de sociólogos, licenciandos em ciências sociais e parte de professores universitários envolvidos na supervisão das práticas de ensino e estágio supervisionado. Desde que o ensino de sociologia

Assim se consolidando como tema de investigação, alguns pesquisadores apontam o aumento progressivo de dissertações e teses sobre a área de ensino de ciências sociais, tornando a dicotomia ensino-pesquisa e teoria-prática cada vez mais fluida. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a agência responsável pelas ações de formação dos professores da educação básica e através do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) vem impactando a área de ensino de disciplinas promovendo debate, reflexão, pesquisa e produção de materiais que qualificam a educação básica. Para a área de sociologia são enormes os benefícios tanto para criar um arcabouço na prática pedagógica quanto na troca de ideias e informações entre licenciandos, professores de sociologia das escolas e supervisores do estágio. O debate é acirrado para a formação do futuro professor e fomenta as políticas institucionais pela concomitância entre a teoria e a prática, abrindo discussões que impactam no currículo pensado para a aulas de sociologia no nível médio. Salientamos que os desdobramentos do PIBID não só traz benefícios para o cotidiano escolar como também para pensar a própria grade curricular dos cursos de licenciatura, potencializando a teoria e a prática. Em resumo o breve do PIBID é apresentado para demonstrar como tais experiências podem traduzir um currículo escolar mais pedagógico às necessidades dos alunos e ao atendimento do sentido e especificidade da sociologia no ensino médio. Há pouco mais de 10 anos, as OCNEM colocaram que a especificidade da sociologia na educação básica é desenvolver a perspectiva sociológica e desenvolver, nos alunos, o processo de desnaturalização e estranha-

mento dos fenômenos sociais a fim de que o docente compare as realidades sociais, se reconheça e se (re)encontre, enquanto um ator social que faz parte de uma coletividade. Ainda destaca-se nas DCNEM a necessidade de trabalhar os conteúdos sociológico sob o tripé: temas, conceitos e teorias de forma que os conteúdos abordados tenham o vis do conhecimento científico proporcionado pelo campo das ciências sociais ~~unidade~~ delimitado pelos conceitos e teorias, mas que não se descolam das práticas e cotidiano social utilizando a perspectiva dos temas. Dessa forma, verifica-se que os debates curriculares têm abarcado o conhecimento científico próprio do campo das ciências sociais transportados em conhecimentos curriculares e escolas para a interface dos temas. Outra perspectiva a ser destacada é que as DCNEM, PCNEM e até as propostas curriculares das secretarias estaduais de educação convergem que o tema Trabalho, Estado, Cultura e Cidadania são presentes nas perspectivas curriculares. Tanto que tais temáticas estão amplamente abordadas nos livros didáticos de sociologia apresentados pelo PNLD, como outros disponíveis no mercado escolar dos livros didáticos. Finalizando, resumindo que as políticas públicas educacionais, sobretudo as DCNEM, PIBID, PNLD, têm produzido um grande impacto nas reflexões sobre o ensino de sociologia, no caso em questão, o currículo escolar de sociologia e como a participação de professores da educação básica, licenciandos, supervisores de prática de ensino em ciências sociais, associações profissionais e recente pesquisadores na área de ensino de sociologia tem sido crucial para o processo de formação de um currículo comum de sociologia que há tanto tempo vem sendo gestado.